

IC - Inquérito Civil n. 06.2022.00002911-4

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 90, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e

VIVIANE M. POTRICH LTDA (VR TABACARIA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 39.953.174/0001-04, com sede na Avenida Brasil, 29, Pioneiros, Balneário Camboriú/SC, representada por Viviane Mara Potrich, inscrita no CPF sob o n. 033.781.919-02, acompanhada da Dra. Camila Franchi de Souza Sá, inscrita na OAB/SC n. 38862, ora **COMPROMISSÁRIA**, firmam o presente:

CONSIDERANDO que nos termos do art. 127, *caput*, da CRFB o *“Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”*;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público, como um dos instrumentos da Política Nacional das Relações de Consumo, assegurar o respeito aos direitos dos consumidores nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, do artigo 5º, inciso II, e do artigo 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que o artigo 18, §6º, inciso II do Código de Defesa do Consumidor dispõe que são impróprios ao uso e consumo os produtos que estejam em desacordo com as normas regulamentares de fabricação,

distribuição ou apresentação;

CONSIDERANDO que o artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor veda ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, a de colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes;

CONSIDERANDO que o art. 55, §1º, do Código de Defesa do Consumidor destaca que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias"*;

CONSIDERANDO que a Convenção de Quadro para Controle do Tabaco, promulgada através do Decreto n. 5.658/2006, proíbe a comercialização, importação e propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumo, conhecidos como cigarros eletrônicos, e-cigarretes, e-ciggy, entre outros, especialmente os que aleguem substituição de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo e similares no hábito de fumar ou objetivem alternativa no tratamento do tabagismo;

CONSIDERANDO que a Lei n. 9.782/1999, em especial os artigos 6º e 8º, §1º e inciso X, que conferem à ANVISA a finalidade institucional de promover a proteção da saúde da população, com a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, inclusive cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 46/2009 da ANVISA proibiu a comercialização, importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumo, conhecidos como cigarro eletrônico;

CONSIDERANDO a instauração da Notícia de Fato n. 01.2022.00019760-0, para apurar suposta comercialização de cigarros eletrônicos e seus acessórios por parte do estabelecimento **VIVIANE M. POTRICH LTDA (VR TABACARIA)**, inscrito no CNPJ sob o n. 39.953.174/0001-04, localizado na Avenida Brasil, 29, Pioneiros, neste município, inclusive mediante divulgação dos produtos

em rede social;

CONSIDERANDO que, naqueles autos, foi solicitada a realização de diligência fiscalizatória ao PROCON, sendo constatado, em 22 de junho do corrente ano, a comercialização de produtos proibidos pelo estabelecimento, tendo sido apreendidos 926 itens, dentre aparelhos, essências e acessórios para fumo eletrônico, fato que culminou na expedição do Auto de Infração n. 3355/2022 e Auto de Apreensão n. 0138/2022;

CONSIDERANDO que no perfil do estabelecimento na rede social *Instagram* foram observadas postagens direcionadas ao público jovem, os quais acabam por adquirir tais produtos em que o comércio, por si só, é proibido;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA 1ª - A compromissária compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a não comercializar, importar, exportar, produzir, fabricar, adquirir, vender, oferecer ou ter em depósito quaisquer acessórios (aparelhos, essências, etc) e dispositivos eletrônicos para fumo, conhecidos como cigarros eletrônicos, e-cigarretes, e-ciggy, entre outros, especialmente os que aleguem substituição de cigarro, cigarilha, charuto, cachimbo e similares no hábito de fumar ou objetivem alternativa no tratamento do tabagismo;

Parágrafo único: O descumprimento da cláusula 1ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento constatado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

CLÁUSULA 2ª - A compromissária compromete-se a instalar, na fachada/vitrine do estabelecimento, de forma visível aos consumidores, duas placas de tamanho não inferior a 60cm de largura x 30cm de altura, com os seguintes teores em fonte não inferior a "arial 96":

"Proibida a venda e utilização de cigarros eletrônicos e seus acessórios"

"Constitui crime, com pena entre 2 e 4 anos, fornecer ou entregar, de qualquer forma, a criança e adolescente, álcool ou qualquer outro produto que possa causar dependência, como o cigarro eletrônico, nos termos do art. 243 do ECA";

Parágrafo 1º: O teor das placas (foto e/ou arte) deverão ser amplamente divulgados nos perfis mantidos pela compromissária nas redes sociais, em postagem fixa no *feed/linha do tempo*;

Parágrafo 2º: A compromissária deverá deletar/excluir todas as postagens relacionadas ao uso/comercialização de cigarros eletrônicos e seus acessórios dos perfis mantidos nas redes sociais (*feed, linha do tempo, destaques, reels, stories*, etc);

Parágrafo 3º: O descumprimento da cláusula 2ª e seus parágrafos 1º e 2º implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento constatado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

Parágrafo 4º: A compromissária compromete-se a comprovar o cumprimento integral da cláusula 2ª e seus parágrafos, no prazo de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA 3ª - A compromissária compromete-se a pagar, a título de multa indenizatória pelos danos causados à coletividade, o valor de 12 (doze) salários mínimos, em 24 parcelas, com início de vencimento em 30 dias a partir da assinatura do presente termo, destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL, a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça;

Parágrafo único: O inadimplemento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado de toda a multa indenizatória, exigível com juros de 1% ao mês e correção monetária.

CLÁUSULA 4ª - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra a Compromissária, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

CLÁUSULA 5ª - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata

execução judicial do presente título.

CLÁUSULA 6ª - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 7ª - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Balneário Camboriú, 07 de julho de 2022.

Alvaro Pereira Oliveira Melo
Promotor de Justiça

Viviane Mara Potrich

VIVIANE M. POTRICH LTDA (VR TABACARIA)

Dra. Camila Franchi de Souza Sá
OAB/SC n. 38862